

As relações nominativas entre homem e paisagem e a influência do ciclo do ouro nas toponímias da baía de Paranaguá

João Vitor Meza Bravo

Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá -
jumbravo@gmail.com

Fernando Luiz de Paula Santil

Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá -
flpsantil@uem.br

Claudia Robbi Sluter

Departamento de Geomática - Pós-Graduação em Ciências Geodésicas
Universidade Federal do Paraná
robbi@ufpr.br

RESUMO

O estudo das toponímias na história da cartografia é um dos meios que lingüistas utilizam para observar o desenvolvimento de uma língua, uma cultura. A Geografia por ser uma ciência multidisciplinar se vale dessas metodologias com o intuito de observar o desenvolvimento das relações do homem com a paisagem, e os traços marcantes de uma cultura. Na presente pesquisa utilizou-se da classificação dos topônimos existentes nos mapas antigos quanto a sua natureza física ou antropocultural. Dos resultados, pode-se ressaltar que: a categorização dos topônimos existentes nos mapas históricos, especificamente na região da baía de Paranaguá, estruturando-os de acordo com os interesses geográficos, observou-se uma tendência à designação dos topônimos nas taxonomias de natureza física e, em sua maioria, de estrato lingüístico português. Desse levantamento, detectou-se a importância do meio físico nas decisões nominativas tomadas pela população habitante daquela região.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímias, cartografia histórica, Paranaguá, ciclo do ouro.

I - INTRODUÇÃO

O estudo das toponímias na história da cartografia é um dos meios que lingüistas utilizam para observar o desenvolvimento de uma língua, uma cultura. Segundo Dick (1996, p.301-302), o estudo das toponímias com o auxílio da cartografia permite que “*se possa perceber a evolução não apenas quantitativa dos nomes, mas também qualitativa, entendido o termo na diversidade de estratos motivadores*”. A pesquisa

toponímica auxilia o crescimento científico de diversas áreas por vezes revelando conteúdos de caráter empírico, mas não menos importantes à ciência.

As toponímias existentes nos mapas indicam as relações existentes entre a paisagem, as culturas e o habitante de cada região; na integração desses aspectos, forma-se um rico subsídio às pesquisas científicas que buscam, por meio desses traços, reconstruir uma realidade pretérita (Furtado, 1960) e, como menciona Dick (1990, p. 39), é “*a própria tipologia expressiva dos designativos poderia, entretanto, justificar, até certo ponto, uma configuração icônica, ou mesmo simbólica de sua significância*”. Não obstante, Harley (1968) indica que os mapas são ricas fontes de pesquisa para se conhecer diferentes culturas de diferentes povos em épocas distintas, permitindo atingir, “*do ponto de vista lingüístico, as camadas mais antigas da língua*” que balizam, no espaço e no tempo, a trajetória evolutiva da formação de um povo (Furtado, 1960, p.8).

A geografia busca compreender o espaço e as relações desenvolvidas entre o homem e a paisagem, as possíveis “raízes” culturais, e também como o espaço é organizado. Por ser uma ciência multidisciplinar, se vale de metodologias diversas para obter resultados que satisfaçam as hipóteses levantadas à reconstrução dessas realidades culturais e sócio-ambientais.

Na presente pesquisa valeu-se das classificações toponímicas propostas por Dick (1990) com o objetivo de avaliar as relações entre homem e paisagem nas decisões nominativas e, além disso, foram categorizadas as motivações típicas para cada estrato lingüístico com base na Teoria do Protótipo, mais especificamente nas categorias de nível básico de Rosch et al. (1976). Tomou-se por base como área de análise a baía de Paranaguá; o século XVII como intervalo temporal, visto as grandes modificações ocorridas naquela região por conta dos minerais ali encontrados, e avaliou-se a influência desse ciclo de mineração na onomástica local.

II - O CICLO DO OURO NA BAÍA DE PARANAGUÁ

Para Liccardo et al. (2004), o ciclo do ouro no litoral sul da Capitania de São Vicente, que abrangia desde Bertioiga (SP) à Ilha do Mel (PR), foi o principal agente atuante na criação das primeiras povoações que naquela região se instalaram. Não se sabe com certeza qual a data exata do início desse ciclo, tomou-se como base os documentos cartográficos os quais permitiram analisar os topônimos que datam de meados do século XVII, época do surgimento do ouro¹.

O primeiro mapa que relatou o aparecimento de minas de exploração no litoral paranaense foi de Pedro de Souza Pereira, datado de 1653 (Figura 1). Segundo Picanço (2009, p. 2), “*neste mapa constam*

¹ “Os descobrimentos de jazidas auríferas e sua exploração estiveram vedados aos adventícios da Cotinga, aliás, centro de regular povoamento do nosso litoral. Tal situação teria ocorrido poucos anos antes de 1646, data em que Gabriel de Lara foi a São Paulo manifestar descobrimentos de ouro no distrito que estava povoando” (Soares e Lana, 2009, p.14)

ainda 21 indicações de minas, o que o torna o mais antigo mapa de ocorrências minerais até hoje conhecido no Brasil”, que está em sintonia com o surgimento do ciclo da mineração. Como menciona Liccardo et al. (2004, p. 42), “*nessa época, não se tinha iniciado em parte alguma do Brasil o ciclo da mineração propriamente dito*”.

Pode-se presumir que onde existe riqueza de qualquer tipo, há um grande fluxo de pessoas, e contribui para o surgimento de vilas e até cidades. Segundo Liccardo et al. (2004, p. 3), a movimentação causada pela descoberta aurífera no Brasil meridional, fez surgir a atual capital do Estado do Paraná, Curitiba; da mesma maneira surgira Paranaguá e outras cidades e vilarejos pela região litorânea. Esse crescimento fez aumentar a demanda pela nomeação dos locais de referência naquela região. Esta assertiva é corroborada por Stewart (1954) apud Dick (1990, p. 50) ao revelar que o surgimento da toponímia ocorre por dois motivos: pela necessidade de distinção deste lugar com aquele outro e, como motivo secundário, do humor de quem o faz.

Apesar de ser pouco comentado entre historiadores, esse episódio forneceu subsídios à avaliação proposta nesta pesquisa, possibilitando que os autores observassem particularidades na onomástica das feições alocadas na Baía de Paranaguá. Neste caso, faz-se necessário explicar as categorias de nível básico de Rosch et al. (1976) e, não obstante, o significado e abrangência de cada uma das categorias toponímicas apresentadas por Dick (1990).

III - CATEGORIZAÇÃO MENTAL

Segundo Dick (1990, p. 51), “*um estudo pormenorizado dos ‘motivos’ do denominador envolve noções mais profundas de psicologia humana*”. Buscou-se na psicologia estudos ligados à categorização mental para se elucidar conceitos que, como declara Dick, são fundamentais à compreensão das motivações nominativas ocorridas no transcorrer do século XVII na Baía de Paranaguá.

O processo categorização mental, segundo MacEachren (1995), permite a criação de representações espaciais, pois esse processo torna os seres humanos capazes de agrupar elementos, identificar padrões e descobrir relacionamentos. MacEachren (1995, p. 151) em seus estudos traduz para cartografia uma assertiva feita por Lakoff (1987), na qual aponta que “*sem a categorização, os mapas não seriam possíveis*”. Essa afirmação declara o quão importante são os estudos relacionados à categorização mental e a comunicação cartográfica.

MacEachren (1995, p. 151-170) faz uma breve introdução sobre as bases das teorias de categorização mental. Ele indica, no viés da abordagem clássica, que as categorias existem no mundo e que podemos descobri-las. Menciona ainda que alguns cartógrafos aceitem essa proposição e assumam existir categorias

ótimas a serem desvendadas em informações passíveis de ser mapeadas. Segundo MacEachren (1995) os pilares desta abordagem são três:

1. Categorias são como containers (objetos estão dentro ou fora);
2. Objetos individuais são assumidos como da mesma categoria se, e somente se, eles têm certas propriedades em comum e
3. Categorias naturais existem e podem ser descobertas.

MacEachren (1995, p. 153) revela que Eleonore Rosch foi quem primeiro exerceu e atuou para se pensar nas mudanças em: como os seres humanos categorizam as coisas e, por implicação, como vemos, também, a mente humana e a razão. Rosch et al. (1975, p. 173) aponta:

no que diz respeito à questão da natureza das categorias, Rosch tem argumentado, anteriormente (Rosch, 1973, 1975), que muitas tradições de pensamento na filosofia, psicologia, lingüística, antropologia indicam que as categorias são de natureza aristotélica, isto é, que as categorias são lógicas, com limites entre as entidades claramente delimitados, cuja composição é definida pela posse de um item de um simples conjunto de características criteriosas, nas quais todas as instâncias que possuem os atributos têm um grau pleno e igualitário ante a sociedade.

Dentre as críticas feitas por Rosch acerca das teorias clássicas de categorização, pode-se destacar a falta de pesquisa empírica para sustentar tais proposições. A esse respeito, Rosch et al. (1973) faz dois apontamentos, os quais verificaram não existir na prática e que se baseiam em suas construções posteriores:

- (1) Se categorias são definidas por propriedades comuns a todos os membros, nenhum membro deve ter maior representatividade na categoria do que os outros e
- (2) se as categorias são definidas pelas propriedades inerentes aos seus membros, em seguida, as categorias devem ser independentes das características dos seres humanos fazendo a categorização.

A alternativa proposta por Rosch foi a Teoria do Protótipo, que tem como base o raciocínio de que a adesão de um membro à categoria não é determinada por um jogo de conjunto fixo de propriedades, mas pela semelhança com um protótipo da categoria que representa o membro mais típico. MacEachren (1995) indica que a Teoria do Protótipo engloba individualidades, tais como semelhanças familiares, categorias fuzzy, efeitos de tipificação, categorias radiais e categorias de nível básico. No presente estudo, tomou-se por base as categorias de nível básico para realizar as análises.

A teoria das categorias de nível básico indica que nós utilizamos de estratégias para armazenar informações (sobre os objetos) na memória dentro de três níveis hierárquicos de estruturas: o nível superordenado, o nível básico e o nível subordinado (Lloyd et al., 1996; Rosch et al., 1976). Esses níveis

estão classificados de acordo com o grau de abstração que necessitam, e há uma hierarquia quanto à abstração usada para se “nomear” os objetos em cada um desses níveis. No nível superordinário o grau de abstração do indivíduo é muito grande, e vai diminuindo até o nível subordinado.

Brown (1958, p. 18) menciona que o raciocínio ocorre em dois tipos de operações: a de uma mente “concreta”, que opera com as categorias subordinadas; e a de uma mente “abstrata”, que opera com categorias superordinadas. Esse autor exemplifica da seguinte forma:

“as crianças usam as palavras “leite” e “água” para depois usar a palavra “líquido”, num nível mais elevado de raciocínio termos como “artigo”, “ação”, “qualidade” e “relação” são comuns ao pensamento adulto e muito raramente escutados entre crianças pré-escolares”.

Com base nessas teorias, foi possível explicar acerca das decisões nominativas de portugueses e índios, e classificá-las de acordo com a forma típica do nível de abstração utilizado para denominar (ou designar) o lugar.

IV - TAXEONOMIAS TOPONÍMICAS

As taxonomias toponímicas propostas por Dick (1990), justificam-se e encontram respaldo neste trabalho, quanto às motivações toponímicas sob o viés dos aspectos físicos e antropocultural, a partir da assertiva de Sapir (1961, p. 44) apud Santos e Seabra (2009, p.3) que define:

o ambiente físico, em referência à topografia e ao clima da região, bem como à fauna, à flora e aos recursos minerais do solo, o que o autor chama de “base econômica da vida humana”; e o ambiente antropocultural, concernentemente às forças sociais que “modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo”, tais como a religião, os padrões étnicos, a organização política e as manifestações artísticas.

É a partir dessa perspectiva que se procedeu a análise dos topônimos, seguindo as subdivisões das tipologias física e antropocultural propostas por Dick (1990). Dentro destas subdivisões, há uma gama de subclassificações que tornam as categorias mais organizadas e menos complexas, que são explicitadas a seguir.

Taxonomias Físicas

É a categoria de topônimos que identifica traços físicos do ambiente, ou seja, fatores concretos e características intrínsecas a cada região. Essa variedade de topônimos pode ser classificada em outros seguimentos:

Astrotopônimos: topônimos que designam um lugar relacionando-o com corpos celestes; *Cardinotopônimos*: topônimos relacionados aos pontos cardeais; *Cromotopônimos*: topônimos relacionados às cores do ambiente; *Dimensiotopônimos*: topônimos que designam um lugar por meio da sua dimensionalidade ou de um de seus elementos; *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos; *Morfotopônimos*: topônimos relativos à forma; *Geomorfotopônimos*: topônimos que designam um lugar por meio de suas particularidades topográficas mais evidentes; *Litotopônimos*: topônimos de natureza mineral; natureza constitutiva dos solos e rochas existentes numa dada região; *Fitotopônimos*: topônimos ligados à flora regional ou mesmo aos domínios fitogeográficos de um determinado local; *Hidrotopônimos*: topônimos de natureza hídrica; revelam a importância dos cursos d'água para as condições humanas de sobrevivência e *Zootopônimos*: topônimos ligados à fauna regional.

Taxonomias Antropoculturais

É a categoria de topônimos que identifica os traços culturais de uma civilização, de um povo. Extrai a essência de sua cultura e seus hábitos, bem como a função dos objetos e lugares, criando um grau de iconicidade entre o significante e o significado. Pode ser subdividido em outras categorias:

Animotopônimos ou Nootopônimos: relativos à sentimentos da vida psíquica e à cultura espiritual; *Antropotopônimos*: topônimos referentes a nomes de pessoas/famílias; *Axiotopônimos*: topônimos que fazem referência ao título que acompanha o nome; *Corotopônimos*: topônimos referentes a nome de lugares (países, continentes, etc.); *Cronotopônimos*: topônimos que indicam o tempo cronológico; *Dirrematopônimos*: topônimos que se constituem por frases; *Ecotopônimos*: topônimos referentes às habitações; *Ergotopônimos*: referentes às ferramentas da cultura material; *Etnotopônimos*: topônimos que fazem referência a elementos étnicos; *Hierotopônimos*: referentes à religião, subdividem-se em: (a) *Hagiotopônimos*: relativos a nomes de santos e (b) *Mitotopônimos*: relativos a entidades mitológicas; *Historiotopônimo*: topônimos que fazem referência a movimentos sócio-culturais, e datas comemorativas; *Hodotopônimos ou Odotopônimos*: topônimos que fazem menção a vias de rodagem; *Numerotopônimos*: referentes a números; *Poliotopônimos*: fazem referência às palavras: vila, aldeia, povoação, arraial, cidade; *Sociotopônimos*: topônimos que indicam atividades profissionais ou locais de trabalho e *Somatotopônimos*: fazem referência às partes do corpo humano.

V - MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da classificação toponímica proposta por Dick (1990), estabeleceu-se parâmetros de identificação do crescimento da região analisada no período proposto. Com relação à análise de motivação,

esta foi balizada pela Teoria do Protótipo, em sua particularidade categorias de nível básico, proposta por Rosch et al. (1976).

Para tanto, foram utilizados três documentos cartográficos os quais são apresentados a seguir, datados de 1640 (Figura 01), de 1653 (Figura 02) e de 1666 (Figura 03).

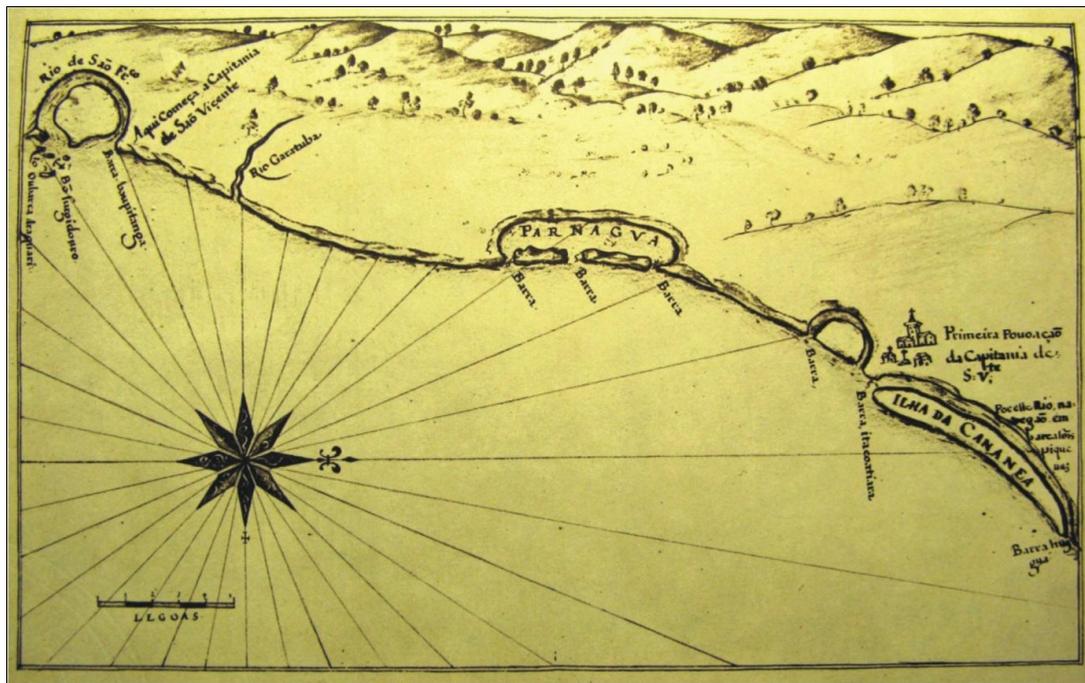


Figura 01 - Representação de Cananéia ao Rio São Francisco, por João Teixeira Albernaz (1640). Fonte: Soares e Lana (2009).

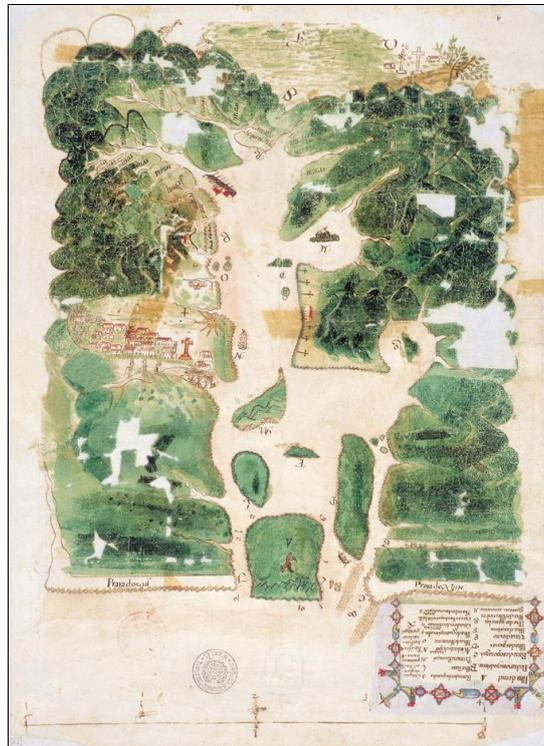


Figura 02 - Mapa da região de Paranaíba e suas minas, por Pedro de Souza Pereira (1653).
Fonte: Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, disponível em <www.bndigital.br>.

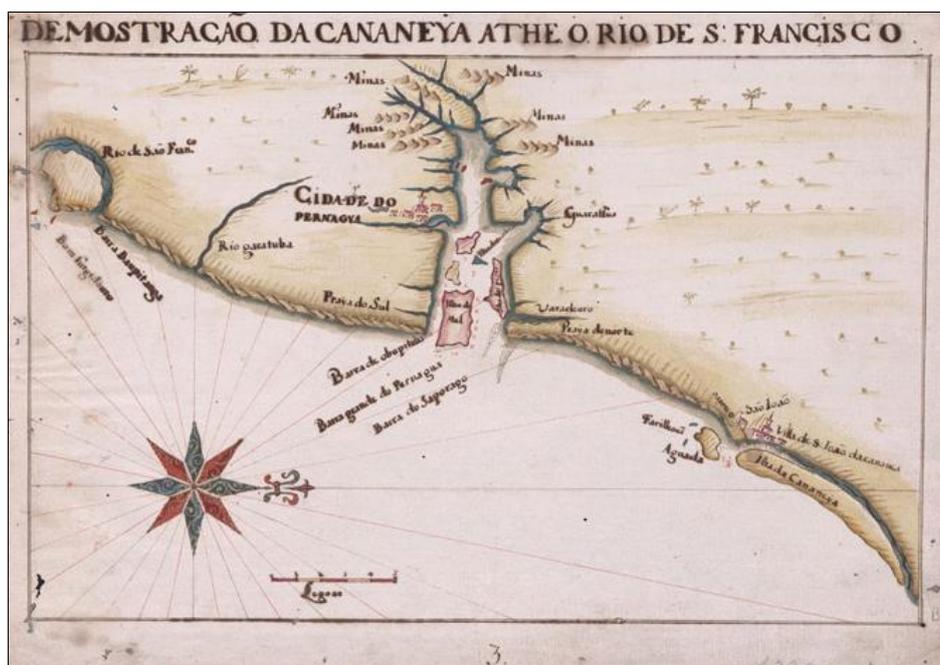


Figura 03 - Mapa da região de Cananéia (SP) até o Rio São Francisco (SC), por João Teixeira Albernaz (1666). Fonte:
Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, disponível em <www.bndigital.br>.

VI - RESULTADOS E ANÁLISES

A categorização dos topônimos existentes nos mapas históricos analisados, estruturando-os de acordo com os interesses geográficos, observou-se uma tendência à designação dos topônimos nas taxonomias de natureza física e, em sua maioria, de estrato lingüístico português, conforme a colonização da Baía de Paranaguá. Os Quadros 01, 02 e 03 mostram a predominância de estrato lingüístico para cada mapa analisado, a partir das identificações e classificações dos topônimos de acordo com Dick (1990).

Quadro 01 – Levantamento dos topônimos contidos no mapa de 1640, de João Teixeira Albernaz.

Topônimo	Tipo	Classificação	Língua de Origem
Parnagua	-	Hidrotopônimo	Indígena
Total	1	Indígena Portuguesa	1 0

Quadro 2 – Levantamento dos topônimos contidos no mapa de 1653, de Pedro Souza Pereira.

Topônimo	Tipo	Classificação	Língua de Origem
Mel	Ilha	cromatotopônimo	Portuguesa
Gamellas	Ilha	ergotopônimo	Portuguesa
Pessas	Ilha	ergotopônimo	Portuguesa
Obipetuba	Barra	hidrotopônimo	Indígena
Saporagui	Barra	axiotopônimo	Indígena
Sul	Praia	cardinotopônimo	Portuguesa
Ibirarema	Ilha	fitotopônimo	Indígena
Norte	Praia	cardinotopônimo	Portuguesa
Rasa	Ilha	dimensiotopônimo	Portuguesa
Varadouro	-	hidrotopônimo	Portuguesa
Pernegua	Cidade	hidrotopônimo	Indígena
Guarapiroçaba	Ilha	etnotopônimo	Indígena
Guereituba	Caminho	zootopônimo	Indígena
Total	13	Indígena Portuguesa	6 7

Quadro 02 – Levantamento dos topônimos contidos no mapa de 1666, de João Teixeira Albernaz.

Topônimo	Tipo	Classificação	Língua de Origem
Cobras	Rio	zootopônimo	Portuguesa
Gamellas	Ilha	ergotopônimo	Portuguesa
Peças	Ilha	ergotopônimo	Portuguesa
Obipituba	Barra	hidrotopônimo	Indígena
do r. Pernagua	<i>Barra</i>	hidrotopônimo	Indígena
Saporago	Barra	axiotopônimo	Indígena
Sul	Praia	cardinotopônimo	Portuguesa
Mel	Ilha	cromatotopônimo	Portuguesa
Norte	Praia	cardinotopônimo	Portuguesa
Raza	Ilha	dimensiotopônimo	Portuguesa
Varadouro	caminho	hidrotopônimo	Portuguesa
Pernagua	Cidade	hidrotopônimo	Indígena
Total	12	Indígena Portuguesa	4 8

Os topônimos de estrato lingüístico indígena, apesar do crescimento de 1640 para 1653, foram suprimidos pelos topônimos de estrato lingüístico português até 1666. Isso pode ser explicado pelo surgimento da rápida colonização impulsionada pela extração aurífera. O Gráfico 01 ilustra um crescimento abrupto dos topônimos de língua portuguesa em detrimento dos de língua indígena, que está em sintonia com a hipótese dos autores dessa pesquisa.

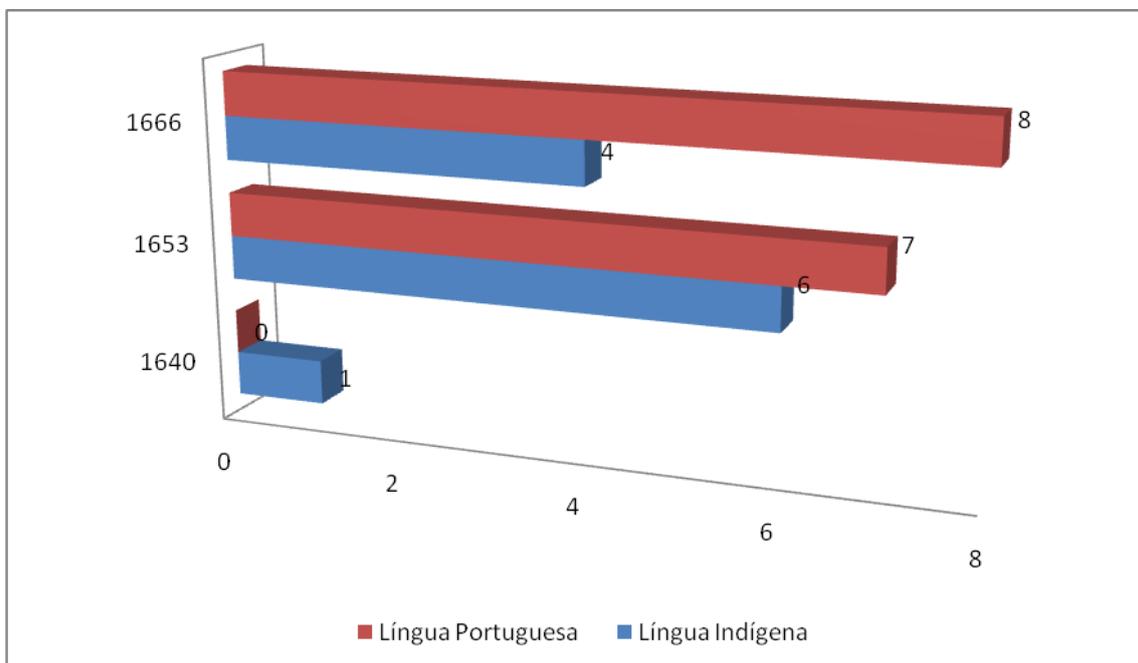


Gráfico 01 - Evolução do número de toponímias em seus respectivos estratos lingüísticos.

Analisando-se os quadros, pode-se observar também, em relação a motivação, que a composição toponímica da região foi distinta. Os portugueses utilizaram de topônimos e relações mais complexas e abstratas do que os indígenas: o que é apresentado por Rosch et al. (1976) como sendo o nível superordenado. Neste nível de abstração, a decisão nominativa deve-se a fatores escusos à prática de somente nomear conforme se vê, o que tira o caráter de iconicidade de alguns dos topônimos de estrato lingüístico português. No caso dos indígenas, o uso de um nível de abstração baixo para se nomear as feições é comum, sendo relativamente usual a presença do fator iconicidade.

Pode-se exemplificar, o que se refere à relação toponímia-ícone, o termo “Paraná” em tupi-guarani que significa “parecido com o mar”, remetendo-nos à figura de um corpo d’água de grande extensão e largura: assim como é o rio Paraná. Quanto à relação toponímia-afetividade, o topônimo que se pode destacar como exemplo é o termo “Pacífico” cunhado pelo navegador português Magalhães, após a travessia de um trecho de mar revolto se deparou com um oceano de águas calmas.

Acerca dessa observação Stewart (1954) apud Dick (1990) faz algumas afirmações, dizendo que o que leva alguém a nomear um lugar é a necessidade de distinguir esse local dos demais e, coloca também, que um motivo secundário é o humor de quem o faz. O ato de nomear para distinguir um lugar de outro usando das características físicas torna fácil à assimilação do topônimo com a realidade. Essa estratégia, apesar de utilizar de um baixo grau de abstração, é muito eficaz na tarefa que lhe é incumbida, neste caso,

como o indicado por Dick (1990, p. 39), "o signo lingüístico em função toponímica representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado". Esse sistema mais simplificado de raciocínio é classificado por Rosch et al. (1976) como o nível subordinado.

O ato de nomear um lugar de acordo com o humor, como se refere Stewart (1954) apud Dick (1990), que pode significar, neste contexto, uma forma mais complexa e abstrata de pensamento, carrega certo teor de afetividade e sentimento do nomeador para com o local. Esta prática relaciona os sentimentos de quem designa o nome, torna a tarefa de associação do topônimo com o real mais difícil, visto que cada pessoa tem as suas próprias impressões do ambiente em que está. Rosch et al. (1976) classifica essa forma de raciocínio como sendo de nível superordenado de abstração.

Quase não há topônimos que fazem menção às categorias antropoculturais nos mapas analisados, tanto no estrato lingüístico português como no indígena (Gráfico 02). Vale ressaltar que, apesar do ciclo do ouro ter influenciado nos estratos lingüísticos da região analisada, este mesmo acontecimento pouco fez efeito quanto aos objetos de nominação, ou seja, não há litotopônimos presentes nos documentos analisados. Além disso, nota-se a falta de vínculo afetivo com o local, mostrando a efemeridade do movimento migracional ocorrido.

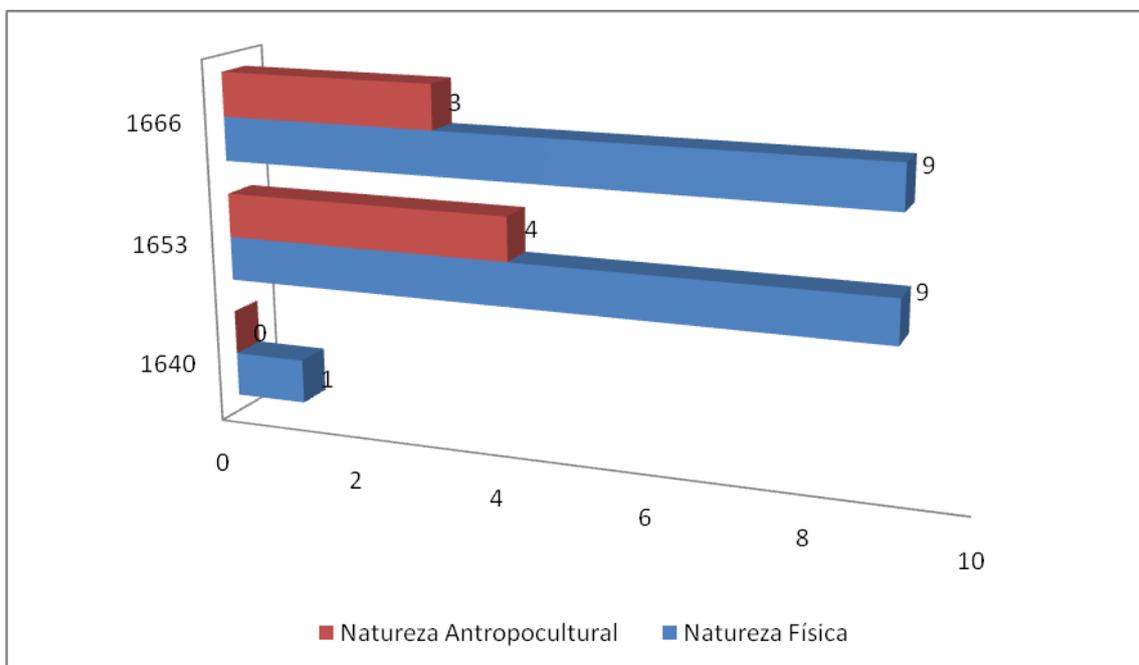


Gráfico 02: Natureza dos topônimos nos documentos analisados.

VII - CONCLUSÃO

Desse levantamento, detectou-se a importância do meio físico nas decisões nominativas tomadas pela população habitante do litoral paranaense, mais especificamente na Baía de Paranaguá. A importância do ciclo do ouro para as feições nomeadas foi presente, porém não foi efetivamente importante quanto à nomeação com o uso da finalidade da colonização, a mineração. Isso pode ser comprovado com a não existência de litotônimos em nenhum dos documentos analisados.

Quando se observa os mapas de 1640 e 1666, que estão em escalas parecidas, pode-se verificar que o nível de detalhamento das feições cartográficas cresceu conforme a importância dada a região.

Além disso, a análise das informações contidas nos mapas confirmou o mencionado por Raisz (1969), que a toponímia é um campo do conhecimento que se baseia na educação geográfica, lingüística e histórica, e em função de sua complexidade poucos são os cartógrafos que a compreende em sua totalidade, seja pelos problemas de designação dos nomes dos lugares ou pela falta dessa educação.

VIII - AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná pelo apoio financeiro (bolsa Iniciação Científica) e a bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional Maria Dulce de Faria, pela ajuda e concessão dos produtos cartográficos.

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, R. How shall a thing be called? *Psychological Review*, n. 65, p. 14-21, 1958.

DICK, M. V. P. A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Editora Annablume, 1996.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://bndigital.bn.br/>. Acessado em julho de 2010.

FURTADO, S. S. **A toponímia e a cartografia**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960.

HARLEY, J. B. The evaluation of early maps: towards a methodology. *Imago Mundi*, v. 22, 62-74. 1968.

LAKOFF, G. **Woman, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

- LICCARDO, A.; SOBANSKI II, A.; CHODUR, N. L. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, n. 54, p. 41-49, 2004.
- LLOYD, R.; PATTON, D.; REX, C. Basic-level geographic categories. **The Professional Geographer**, v. 48, n. 2, p. 181-194, 1996.
- MACEACHREN, A.M. **How maps work: representation, visualization, and design**. New York: The Guilford Press, 1995.
- PICANÇO, J. L. A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653). **In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Ouro Preto (MG), Anais. 2009.
- RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Ed. científica, 1969.
- ROSCH, E. Cognitive representations of semantic concepts. **Journal of Experimental psychology**, v. 3, n. 104, p. 192-233, 1975.
- ROSCH, E. Natural categories. **Cognitive Psychology**, n. 4, p. 328-350, 1973.
- ROSCH, E; MERVIS, C.; GRAY, W; JOHNSON, D.; BOYES-BRAEM, P. Basic objects in natural categories. **Cognitive Psychology**, n. 8, p. 382-439, 1976.
- SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. **In: III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto (MG), Anais, 2009. p. 1-21.
- SOARES, C. R.; LANA, P. C. **Baía de Paranaguá: mapas e histórias**. 2^a ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2009.